

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 710/XII/2ª

RECOMENDA AO GOVERNO A CRIAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE CINEMA E A MODERNIZAÇÃO DOS CINETEATROS MUNICIPAIS, CINECLUBES E OUTROS RECINTOS DE CINEMA

O panorama da oferta de cinema em Portugal é hoje catastrófico: mais de 200 concelhos do país não têm salas de cinema com programação regular; 3,8 milhões de cidadãos não têm acesso a qualquer filmografia; 1,7 milhões têm acesso apenas a cinema da Zon Lusomundo. Após o colapso financeiro da Socoroma Castello-Lopes e consequente fecho de 49 salas de cinema, 5 cidades ficaram sem qualquer sala de cinema: Viana do Castelo, S. João da Madeira, Covilhã, Loures, Seixal, Guia; outras 12 cidades ficam com menos salas: Guimarães, Castelo Branco, Torres Novas, Santarém, Loures, Cascais, Sintra, Barreiro, Lisboa, Setúbal, Leiria, Portimão.

Este é o resultado de anos sucessivos de erros políticos, de governos que se limitaram a desregular progressivamente o mercado, reduzindo-o a cada vez menos operadores. Não garantindo, por um lado, uma rede independente e pública com recursos para se modernizar e assegurar o serviço público, nem asseverando, por outro lado, qualquer regulação eficaz do mercado, inclusivamente devido às poucas políticas postas em prática.

O processo de digitalização do cinema é um bom exemplo do problema. Com a introdução do cinema digital como standard da indústria cinematográfica na última década, e que em Portugal ocorreu com maior rapidez do que no resto da Europa, observou-se, inclusivamente, uma concentração reforçada nas grandes distribuidoras

que se especializam nas grandes produções cinematográficas, obrigando ao encerramento das poucas salas independentes e colocando graves problemas de acesso dos públicos ao cinema diversificado, nomeadamente de produção nacional.

A entrada neste novo paradigma, impulsionado por políticas públicas de âmbito europeu, que prometia uma redução de custos em toda a cadeia produtiva do setor e, logo, uma maior facilidade de distribuição e oferta, não foi acompanhada de um programa para a rede pública de cineteatros, o único meio público descentralizado cuja função é precisamente permitir a democracia cultural.

Por outro lado, a recentemente aprovada lei do cinema, iniciativa que se propunha também incentivar a rede de cineclubes e o associativismo cinematográfico, impôs novas regras de controlo a esta rede economicamente frágil, aprofundando o efeito de desertificação da oferta que a rede comercial iniciou.

O Bloco de Esquerda retoma por isso uma proposta que apresentou em discussão dos últimos Orçamentos de Estado, com vista à criação de uma rede pública de cinema digital que permita contrariar a desertificação cinematográfica do país, modernizando e dando utilidade à capacidade instalada da rede de cineteatros e garantindo meios aos cineclubes e associações cinematográficas para se modernizarem.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. A criação de uma Rede Pública de Cinema, que garanta a exibição regular de cinema em todo o território nacional, alicerçada nos cineteatros e outros recintos municipais de exibição de cinema, bem como em parcerias com os cineclubes e associações culturais para a promoção do cinema.
2. A modernização e adequação ao cinema digital dos cineteatros municipais, cineclubes e outros recintos de cinema que constituam a Rede Pública de Cinema.

Assembleia da República, 3 de maio de 2013.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,